

COMO O PLANO DE REABILITAÇÃO PARTICIPATIVO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR TRATA A QUESTÃO DA “INFORMALIDADE”?

How does the Participatory Rehabilitation Plan for the Old Center of Salvador addresses the issue of "informality"?

Manoel Maria do Nascimento Júnior

Advogado,
integrante da Equipe Urbana do Centro de Estudos e
Ação Social (CEAS). Mestrando no Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da
Faculdade de Arquitetura da UFBA
(PPGAU FA-UFBA), Brasil.
E-mail: manoelnascimento@gmail.com

Informações do artigo

Recebido em: 15/07/2016

Aceito em: 19/05/2017

Resumo

Este artigo pretende fazer uma revisão bibliográfica de artigos sobre os temas da “informalidade”, da economia popular e da economia social solidária, para, posteriormente, analisar como o Governo da Bahia, através de seu Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador, trata do tema. A esta análise se somam algumas observações pessoais do autor, que, desde 2007, trabalha como assessor jurídico e mobilizador social junto às comunidades da 7ª Etapa de revitalização do Pelourinho e da Chácara Santo Antônio, e tem acompanhado o processo de gentrificação do Centro de Salvador.

Palavras-chave: Informalidade. Centro Antigo de Salvador (CAS). Plano de Reabilitação Participativo (2010). Governo da Bahia. Gentrificação.

Introdução

Este artigo tenta, em breves linhas, apresentar e enquadrar teoricamente o tratamento dado pelo Governo da Bahia à “informalidade” no Centro de Salvador, problema recorrente desde as primeiras tentativas de intervenção pública na área nos anos 1980, tendo como instrumento privilegiado de análise o *Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador* – chamado daqui em diante, por comodidade, de *PRP-CAS*.

Documento-síntese de um momento político em que moradores, trabalhadores, comerciantes, artesãos e artistas do Centro Histórico aguardavam grandes mudanças em suas condições de vida, trabalho e de moradia, correspondentes à saída do grupo carlista e à ascensão do grupo petista ao Governo da Bahia, o PRP-CAS é, como qualquer documento de planejamento, sujeito às vicissitudes próprias da passagem do *ideal* para o *real*, do *planejado* para o *executado*. Ocorre, entretanto, que, se cada uma das propostas nele constantes não se executa tal e qual previsto, o PRP-CAS indica as linhas gerais de atuação do Governo da Bahia no Centro de Salvador; seu papel de anunciador das grandes tendências de políticas públicas é inegável.

Na primeira seção deste artigo, como se trata de tema controverso, a questão da

“informalidade” será rapidamente debatida, para tentar extrair seus elementos constitutivos e formar um conceito instrumental para a análise.

Na segunda seção, o PRP-CAS será apresentado em seu conteúdo, intenções e processo de construção.

Na terceira seção, serão localizados no PRP-CAS elementos do diagnósticos das “informalidades” existentes no Centro de Salvador, no que impactam este local, e como o Governo da Bahia pretende agir para superar os problemas que causam.

Na quarta e última seção, será feito um breve balanço sobre as descobertas deste percurso.

Facilitou bastante a interpretação das propostas do PRP-CAS o fato de o autor trabalhar desde 2007 junto a entidades e comunidades do Centro representativas de centenas famílias dessa região. Sem ter tido a oportunidade de assessorar estas entidades e estas comunidades em sua faina diária por condições dignas de moradia e de vida, dificilmente o autor poderia ter chegado às conclusões a que chegou.

O que é “informalidade”?

Há intenso debate teórico em torno da definição precisa da produção, da circulação e do consumo de bens e mercadorias entre os mais pobres. E o debate existe porque esta produção, esta circulação e este consumo, se de um lado representam *estratégias de sobrevivência* diante de um mercado capitalista formal, cobrindo, assim, parte das necessidades da vida de outro modo impossíveis de se satisfazer com recursos salariais ou rentistas apenas, de outro representam parte significativa da economia de países em desenvolvimento, havendo quem diga – com bastante exagero e precipitação – que a economia informal supera em até cento e cinquenta vezes o investimento estrangeiro direito destinado a países como Egito ou Haiti (SOTO, 2001).

Sendo assim, há um campo teórico na economia que busca entender como funciona a vida econômica dos mais pobres, pois entendê-la é o primeiro passo para integrá-la aos circuitos formais da economia. As intencionalidades por trás desta integração, entretanto, podem ser bem diversas.

A "informalidade" é a "economia popular"?

"Informalidade" e "economia popular" não são a mesma coisa, e nem a "economia popular" é de definição tão simples quanto parece à primeira vista. Para entendê-lo, é preciso passar pelas teorizações recentes a respeito da produção, da circulação e do consumo de bens e mercadorias entre os mais pobres.

José Luis Coraggio classifica as correntes teóricas e práticas do que nomina *economia social e solidária* em três campos:

- a) Uma primeira corrente, que busca "a (re)inserção pelo trabalho atuando em nível microeconômico", caracterizada por "um conjunto de práticas que se focalizam em alcançar a integração social e no alívio da pobreza via reinserção (ou primeira inserção) de grupos de pessoas excluídas do mercado de trabalho" (CORAGGIO, 2013, p. 13);
- b) Uma segunda corrente, que "busca a criação de um setor orgânico (subsistema) da ESS", formada por "práticas que, iniciadas como as anteriormente descritas ou pulando 'etapas', vão mais além", apontando que sua sustentabilidade depende não apenas de articulação entre empreendimentos ou de maior rentabilidade monetária, mas principalmente de "redes não meramente econômicas", de "reciprocidades, solidariedades sociais e políticas", de quem se espera "que se concretizem na formação de sujeitos coletivos, como associações em prol do desenvolvimento local, ou setoriais e transversais de trabalhadores em autogestão" (CORAGGIO, 2013, p. 13-14);
- c) Uma terceira corrente, "que pensa e atua também num nível sistêmico, vai mais além da construção de um subsistema de ESS dentro de uma economia mista" e busca "a construção de uma Outra Economia (outro sistema econômico)" (CORAGGIO, 2013, p. 21).

Nota-se como Coraggio distingue os dois últimos campos como sendo superiores ao primeiro, pois "*não colocam uma crítica ao mercado como instituição* e se concentram em alcançar uma produção e circulação competitiva de mercadorias, buscando o maior valor líquido possível para os trabalhadores/proprietários" (CORAGGIO, 2013). Coraggio mostra como, no segundo e no terceiro campos, há um diferencial, que é a tentativa de fazer com

que a “economia popular” – que para ele é um setor que “tem como base de organização econômica as **unidades domésticas**, basicamente os lares, suas extensões [...] e as comunidades”, um setor que “longe de estar articulado como tal, é magmático, flui, muda de formas” (CORAGGIO, 2013, p. 17) – transcenda sua cultura colonizada, subordinada e individualista, apoiando-se em componentes solidários de diversos níveis de intensidade, continuidade e formalização (CORAGGIO, 2013, p. 15).

Isto guarda relação com a “informalidade”? Nem sempre.

Gabriel Kraychete, por exemplo, distingue entre *economia dos setores populares* e *economia informal*, demonstrando que este último “encobre realidades muito distintas”, e coloca no mesmo plano “o trabalho de uma mulher que produz e vende alimentos num bairro popular e as práticas de contratação ilegal de trabalhadores ou de sonegação fiscal, inclusive aquelas realizadas por empresas de médio e grande portes” (KRAYCHETE, 2014, p. 1). Este autor trabalha, portanto, com uma definição simplesmente jurídica da “informalidade”.

Já *Milton Santos* é mais taxativo. Remetendo à sua teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos (SANTOS, 2008, p. 29-82), desanca as teorias da “informalidade” ao demonstrar, após longa argumentação, que “aplicada a uma sociedade, a noção de informalidade ou irracionalidade de um dos dois setores significaria que essa sociedade não opera de forma global” (SANTOS, 2009, p. 68), pois

[...] o todo é dirigido pelo mesmo sistema de normas. Ainda que o sistema inferior seja dinâmico, seu dinamismo é dependente. Desse modo, não pode ser objeto de análise ou de planejamento que não levem em conta o dinamismo que caracteriza o outro circuito dentro de uma economia que também é dependente (SANTOS, 2009, p. 71-72)

No campo da economia, portanto, a “informalidade” deve ser pensada sempre em suas relações com a “formalidade”. Uma é funcional à outra. E o campo descrito por Gabriel Kraychete e José Luiz Coraggio não foge à regra; a tentativa do primeiro é sempre de dinamizar o setor e torná-lo mais competitivo, e o segundo escreve num tom de sutil crítica àqueles que permanecem restritos à esfera microeconômica, embora reconheça sua importância (CORAGGIO, 2013; KRAYCHETE, 2014).

A “informalidade” é a “irregularidade do assentamento”?

Quem segue as pegadas de Milton Santos na relação entre os dois circuitos da economia urbana esbarra necessariamente na *questão territorial*, na *territorialização da*

produção, num *espaço* produzido mediante o funcionamento dos setores da economia que o dinamizam. O autor aponta que a espacialização dos dois circuitos pode ser vista por um viés *macroespacial* (escala nacional), *médio-espacial* ou *microespacial* (escala regional), ou ainda pelo viés das *redes urbanas* (SANTOS, 2009, p. 104); se em escala nacional há uma nítida tendência à "concentração de atividades produtivas modernas nacionais num mesmo ponto ou numa dada zona do país" (SANTOS, 2009, p. 107), é esta mesma concentração quem atrai fluxos migratórios rural-urbanos, cujo dinamismo, combinado com os processos de urbanização e de organização da produção condicionam a existência do circuito inferior (SANTOS, 2009, p. 107). Os processos determinantes da informalidade são, via de regra, desenvolvidos nesta escala.

Descendo à escala *urbana*, e tendo Salvador como campo privilegiado de observação, o próprio Milton Santos já identificara, no final dos anos 1950, como Salvador fora vitimada por um amortecimento da evolução demográfica (SANTOS, 1959, p. 44), e como já neste momento as condições e contradições do "enigma baiano" (AGUIAR, 1958) plasmaram o espaço soteropolitano:

A multidão de rurais que invadiu a cidade não encontra emprego porque o setor secundário é reduzido e o terciário quase inelástico. É por isso que se exerce uma enorme pressão sobre os órgãos de governo, de que resulta a admissão de um número de funcionários sempre crescente, várias vezes superior às necessidades reais da administração. [...]

Os funcionários [...], a maioria dos profissionais liberais e ocupados em atividades sociais [...], os pequenos e médios comerciantes, os agricultores que têm uma renda média, constituem as classes médias. [...]

Essa composição social da população vai se refletir diretamente sobre a organização do espaço urbano. Os banqueiros, os grandes exportadores e importadores, as pessoas enriquecidas pelo comércio ou pela indústria, os agricultores mais abastados, os especuladores imobiliários fazem construir palacetes ou belos e luxuosos imóveis de apartamentos nos bairros ricos da Graça e da Barra ou ocupam a fachada marítima com construções modernas em estilo funcional. Os marginais aproveitam os espaços vazios sem mesmo indagar quem é o proprietário e aí constroem verdadeiros "*bidonvilles*", bairros inumanos onde vivem seja como for; esses bairros são chamados "invasões"[...].

O contraste não é mais nítido porque as residências dos pequenos comerciantes, das pessoas que exercem uma profissão liberal, agricultores médios e funcionários públicos representam uma espécie de transição entre os palácios dos ricos e os miseráveis casebres dos pobres. (SANTOS, 1959, p. 49-50)

O desenvolvimento urbano vivido por Salvador entre as décadas de 1950 e 1970, com a criação das avenidas de vale e a implantação do CIA e do COPEC, embora, em termos puramente espaciais, tenha feito com que a cidade “virasse as costas” à Bahia de Todos os Santos (SAMPAIO, 1999, p. 102-159), não resultou em qualquer mudança no padrão de produção de um espaço desigualmente aproveitado pelas diferentes classes sociais (SOUZA; FARIA, 1980; CARVALHO; PEREIRA, 2008; CARVALHO et al., 2014); tanto assim que, no limiar do século XXI, a segregação socioespacial ainda era problema incontornável para os gestores públicos (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 399-467).

Uma tentativa de definição da “informalidade”

Como se vê, há forte correlação entre a “informalidade” no campo econômico e sua contraparte no campo habitacional. Ambas fazem parte do mesmo processo de desenvolvimento econômico excludente que se tornou, infelizmente, modelar nos países do chamado Terceiro Mundo.

A correlação entre estes dois fatores é tão evidente que não faltou quem tentasse solucionar as duas “informalidades” atacando num só ponto, como *Hernando de Soto* (2001) e seu programa de regularização fundiária para os pobres. Para ele, as posses e as poupanças dos pobres nos países do Terceiro Mundo constituem ativos econômicos valiosíssimos, cujo potencial de conversão em capital está enraizado nos sistemas formais de propriedade criados ao longo dos séculos na Europa e nos EUA (SOTO, 2001, p. 57-78). Mal-adaptados às condições dos países do Terceiro Mundo, estes sistemas formais de propriedade tornaram-se entraves burocráticos à conversão dos ativos em capital,

A proposta de Soto sofreu inúmeras críticas (ROSSINI; THOMAS, 1990; BUNTING, 2000; GRAVOIS, 2005), mas foi *Mike Davis* quem melhor apontou os problemas de seu programa:

Ironicamente, de Soto, o Messias do capitalismo popular, propõe na prática pouco mais do que aquilo pelo que luta há tanto tempo a esquerda latino-americana ou o Partido Comunista da Índia (marxista) em Kolkata: segurança de posse para os ocupantes informais. Mas a concessão dos títulos de propriedade [...] é uma faca de dois gumes [...]. A concessão de títulos de propriedade [...] acelera a diferenciação social na favela e nada faz para ajudar os locatários, verdadeira maioria dentre os pobres de muitas cidades. (DAVIS, 2006, p. 88)

Sem pretender avançar muito em panaceias arricadas e mantendo a ligação entre a

"informalidade" e a "formalidade", entre o circuito inferior e o circuito superior da economia urbana, é possível concluir, para os fins deste artigo, que a "informalidade" é o *resultado mais visível de processos de desenvolvimento econômico e social marcados pela opressão e pela exploração econômica*, nos quais *parcelas significativas da população de uma cidade, de uma região, de um estado, de um país ou mesmo de continentes inteiros têm dificultado seu acesso a bens de consumo individuais ou coletivos*, sendo por isso *forçados a satisfazer suas necessidades econômicas e sociais através de processos trabalho-intensivos, via de regra sem reconhecimento formal-legal*. Isso lhes impõe variados graus de dificuldade na manutenção de um padrão de vida digno, o que fez e faz das famílias que recorrem à "informalidade" alvo permanente de políticas de assistência social.

O Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador (PRP-CAS)

A partir daqui, será analisado o discurso sobre a "informalidade" constante no PRP-CAS, na tentativa de entender como ela é tratada em seu bojo. Num plano da envergadura do Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador, doravante chamado PRP-CAS, tais definições ultrapassam o simples palavreado; trazem indicações de rumos possíveis para a ação do Governo da Bahia na área.

Será dada especial atenção a dois elementos distintivos da "informalidade" no local, reconhecidos inclusive pelo Governo da Bahia: a *economia "informal"* e a *moradia "irregular"*. A tentativa é de localizar, no PRP-CAS, como estes dois elementos são tratados, que sentido dão à política estatal na área especificada, e se contribuem para superar os elementos da "informalidade" conceituados acima.

O que é o PRP-CAS

Na introdução do PRP-CAS está dito que ele é

[...] um Plano de caráter intersetorial e participativo, tanto no que se refere à sua concepção quanto à sua implantação, tendo como pressupostos:

- a ampliação da área de intervenção para além dos limites definidos pela área de tombamento federal (IPHAN e UNESCO);
- o estabelecimento de mecanismos de consulta e avaliação de propostas por meio de sucessivas oficinas de trabalho, utilizando-se das Câmaras Temáticas;

- a atualização e consolidação de informações relativas aos estudos, projetos e legislação incidentes sobre a área (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 24).

O PRP-CAS é o documento orientador de uma retomada da política do Governo da Bahia de preservação do patrimônio arquitetônico tombado – desta vez, ao que tudo indica, absorvendo as críticas feitas às intervenções anteriores, que não apenas apontaram o fracasso da transformação do Pelourinho num espaço vocacionado para o turismo, como denunciaram as diversas violações a direitos humanos cometidas contra os antigos moradores “informais” do bairro (REIS, 2004; BRAGA; JÚNIOR, 2009; BITTENCOURT, 2011; REBOUCAS, 2012). Trata-se de mera aparência, entretanto: o processo de elaboração do plano foi desenvolvido através de uma participação extremamente controlada e dirigida, amparada em lógica de resultados, com uma estratégia de *marketing* que transformou cada ação do plano em um grande acontecimento, ainda que não trouxesse mudança significativa de concepção e prática. A possibilidade de manifestação dos diversos representantes foi sempre muito restrita, com controle drástico nas plenárias, sobretudo no que se refere ao acesso e ao tempo de exposição de propostas, o que se contrapõe à concepção de participação. Participar vai muito além do ato de estar presente; significa tomar parte no processo, emitir opinião concordante ou discordante. Num processo participativo, deve ocorrer o respeito às ideias de todos, e todas as contribuições devem ser valorizadas e voluntárias. A participação no processo do PRP-CAS foi restrita, e buscou encaixar os representantes dos segmentos nos limites de um modelo – neste caso, o do planejamento estratégico.

Como principal novidade, o plano prevê a criação de uma área ampliada de atuação, a que chamou de *Centro Antigo*, no entorno próximo da área do Centro Histórico cujos prédios foram tombados. A criação desta área ampliada de atuação é expressamente justificada:

[...] assim como em outras capitais brasileiras, a área central de Salvador passou a conviver, nas últimas décadas, com uma série de problemas originados da perda de população e da subutilização dos imóveis, da inadequação e insalubridade das moradias e da falta de manutenção dos imóveis patrimoniais, além da insegurança pública, prostituição e tráfico de drogas, que configuram um quadro de vulnerabilidade social em contraponto à existência de um rico patrimônio edificado, oferta de empregos e de transporte público (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 17).

Veem-se aí, de pronto, os problemas que o Governo da Bahia se dispõe a combater no Centro de Salvador: *esvaziamento imobiliário, moradias inadequadas, deterioração do*

patrimônio tombado, insegurança pública, prostituição e tráfico de drogas.

Como foi construído o PRP-CAS

O Governo da Bahia delegou a elaboração do plano a um órgão especial, o *Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador* (ERCAS)¹, enquanto órgão de gestão operacional sob coordenação da *Secretaria de Cultura* (SECULT), o ERCAS teve como missão tocar um processo que, iniciado no primeiro semestre de 2007, terminou no primeiro trimestre de 2010 com a publicação do plano e consequente implementação das ações planejadas. Nas quatro etapas deste processo (*decisão política; estabelecimento de parcerias; construção do plano; definição de seu gerenciamento*) foram abertas três frentes de ação:

- a) uma frente *político-institucional* que, “compreendendo a elaboração de diretrizes, a deliberação e aprovação das ações”, foi conduzida por um “Grupo Executivo composto por representantes do poder público: níveis federal, estadual e municipal e da sociedade civil”² (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 24);
- b) uma frente *operacional*, que compreende “a gestão, a articulação de parceiros e a execução das ações” (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 24-25);
- c) uma frente participativa, que estabeleceu canais de consulta e acompanhamento pela sociedade civil de todas as etapas de elaboração do plano, através de quatro câmaras temáticas: “CT1 Cultura, Educação, Turismo e Lazer; CT2 Economia, Planejamento, Comércio, Serviços, Emprego e Renda; CT3 Direitos Humanos, Segurança, Cidadania e Justiça; e CT4 Habitação, Infraestrutura, Mobilidade e Meio Ambiente” (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 25).

Ressalte-se que a sociedade civil local, segundo o que diz o plano, participou “na

1 Hoje, este órgão encontra-se incorporado à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER), onde foi transformado na Diretoria do Centro Antigo de Salvador (DIRCAS).

2 Este Grupo Executivo foi composto por seis representantes da “sociedade civil”, seis representantes da Prefeitura de Salvador, seis representantes do Governo da Bahia e seis representantes do Governo Federal (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 3). Entre os representantes da sociedade civil, um representava moradores locais (*Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico – AMACH*), um representava a Igreja (*Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB*), um era uma ONG empresarial (*Fórum Municipal para o Desenvolvimento Sustentável do Centro da Cidade*), um era uma ONG de assistência social a moradores de rua (*Projeto Abraço Fraterno*), um representava o setor hoteleiro (*Pestana Convento do Carmo*), um era uma universidade (*Universidade Federal da Bahia – UFBA*) (Id., 2010, p. 3). Em tal contexto, tendo em conta a moradia como um dos tópicos centrais para este artigo, vê-se como a temática encontrou-se sub-representada.

avaliação dos diagnósticos, na análise das proposições apresentadas pelos consultores contratados pela UNESCO, e na análise das ações desenvolvidas pelo ERCAS” (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 33) através de metodologia desenvolvida pelo Programa Sítio Internacional sobre a Revitalização de Centros Históricos na América Latina e Caribe (SIRCHAL)³. Foram realizados quatro encontros com a sociedade civil local⁴, nos quais cerca de 600 representantes de entidades locais participaram “da avaliação dos produtos e das ações desenvolvidas” (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 26). Tamanha ênfase nos números e métodos da participação mascara, todavia, um processo dirigista, voltado para o atendimento de outros interesses que não o dos moradores locais, como ficará evidente mais adiante.

Do que trata o PRP-CAS

14 proposições resultaram do processo de construção do PRP-CAS:

- a) **Proposição 1** - *Fomento à atividade econômica no CAS*: de cunho marcadamente macroeconômico (considerando a escala municipal apenas), apresenta grandes investimentos voltados para o que o PRP-CAS chama de “projetos estruturantes” (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 285);
- b) **Proposição 2** - *Ampliação da competitividade das atividades econômicas do CAS*: de cunho microeconômico (considerando a escala municipal apenas), tenciona estruturar o mercado local através de ações de apoio, fomento, capacitação e regularização (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 287-289);
- c) **Proposição 3** - *Preservação da área da encosta do frontispício*: ações de cunho

³ Segundo informação do próprio PRP-CAS, o SIRCHAL foi “criado em 1998 com apoio dos Ministérios da Cultura e de Relações Exteriores da França, discute os centros históricos de países da América Latina e do Caribe e trata dos diversos elementos que compõem o urbano – habitat, espaços públicos, transporte, comércio, cultura, economia –, buscando melhorar a qualidade de vida de seus habitantes por meio de ações que atuem sobre o meio ambiente e reduzam as desigualdades. Tem como objetivo acompanhar os atores locais – técnicos, associações, representantes políticos etc. – na construção e no monitoramento de processos de reabilitação de centros históricos” (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 37). O [site do SIRCHAL](#) indica que o último seminário realizado por esta rede francófona de arquitetos foi realizado em 2004 na Costa Rica, e que sua última oficina foi realizada em 2002, na República Dominicana. Os associados desta rede são, além dos Ministérios da Cultura e de Relações Exteriores da França, a UNESCO, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a União Internacional de Arquitetos.

⁴ O I Encontro das Câmaras Temáticas foi realizado entre 22 e 31 de julho de 2008; o II entre 2 e 12 de dezembro de 2008; o III entre os dias 6 e 18 de maio de 2009 e o IV Encontro nos dias 10 e 11 de dezembro de 2009 (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 37).

urbanístico-regulatório voltadas para a desocupação, recuperação e preservação da área citada (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 292-294);

- d) **Proposição 4** - *Incentivo ao uso habitacional e institucional no CAS*: ações urbanísticas voltadas para a recuperação dos usos residenciais e institucionais da área (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 296-298);
- e) **Proposição 5** - *Dinamização do bairro do Comércio e revitalização da orla marítima do CAS*: intervenções urbanísticas voltadas a dinamizar o bairro do Comércio e “revitalizar” a orla do Centro Antigo /cite[p. 300-302]BAHIA2010;
- f) **Proposição 6** - *Qualificação dos espaços culturais e monumentos do CAS*: ações de restauro e adequação do patrimônio tombado que se degradou ao longo do tempo, e de reinserção nos circuitos culturais do parque imobiliário já voltado ao setor (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 304-308);
- g) **Proposição 7** - *Estruturação do turismo cultural no CAS*: ações de gestão, fomento e capacitação voltadas para o turismo (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 310-312);
- h) **Proposição 8** - *Aprimoramento das ações e serviços de atenção à população vulnerável do CAS*: ações de assistência social e gestão da população dita “vulnerável”, composta por “3.000 famílias moradoras de cômodos, cortiços e ocupações em ruínas” (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 313-315);
- i) **Proposição 9** - *Otimização das condições ambientais*: ações de gestão e de saneamento voltadas para a construção da sustentabilidade ambiental (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 316-318);
- j) **Proposição 10** - *Requalificação da infraestrutura do CAS*: ações urbanísticas voltadas para a mobilidade urbana dentro do Centro Antigo e que melhorem o fluxo de/para ele, além de atualização e adequação dos serviços de infraestrutura urbana (energia, água, telefonia, esgotamento sanitário, drenagem, sanitários públicos, iluminação, prevenção a incêndios) já existentes (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 320-326);
- k) **Proposição 11** - *Redução da insegurança no CAS*: prevê principalmente a retomada do Projeto de Segurança Pública do Centro Antigo de Salvador, elaborado pela Secretaria de Segurança Pública em outubro de 2008, e ações de policiamento e

“redução da sensação de insegurança” (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 325-327);

- l) **Proposição 12** - *Valorização do CAS a partir da educação patrimonial*: ações voltadas a refazer a ligação entre a população de Salvador e o Centro, valorizando-o para que desta indução resulte sua preservação (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 328-330);
- m) **Proposição 13** - *Criação de um Centro de Referência da Cultura da Bahia*: prevê principalmente a criação deste centro no Palácio Rio Branco, onde hoje funciona a *Secretaria de Cultura do Estado da Bahia* (SECULT) (BAHIA; UNESCO, 2010);
- n) **Proposição 14** - *Gerenciamento e implantação do Plano de Reabilitação*: ações marcadamente gerenciais, voltadas à execução, monitoramento e avaliação do plano (BAHIA; UNESCO, 2010).

Cada proposição conta com um *objetivo geral*; cada objetivo geral foi destrinchado em diversos *objetivos específicos*; e todos conduzem a um *resultado*, que sintetiza o que se espera das ações projetadas.

Entre essas proposições, assim como seus objetivos e resultados relacionados, interessam aos propósitos deste artigo apenas as de número 2 e 4.

A “informalidade” no PRP-CAS

As palavras “informal”, “informalmente” e “informalidade” são usadas no PRP-CAS estritamente no trato da economia popular e da questão habitacional. E pelo que foi visto sobre o assunto até o momento, o contrário é que seria de se estranhar.

A partir de um diagnóstico minudente sobre estes dois temas, o PRP-CAS apresenta propostas, que serão analisadas a seguir.

O diagnóstico do PRP-CAS

Diagnósticos que precederam e acompanharam o PRP-CAS, realizados por várias consultorias independentes⁵, formaram um mosaico multifacetado apto a fornecer ao

5 Caberia ressaltar os seguintes: *Bens culturais tombados e registrados pelo Estado da Bahia* (IPAC); *A dimensão social e o quadro de vulnerabilidades do Centro Antigo* (ONG MOVBAHIA - Movimento Bahia Contra o Crime); *Avaliação dos equipamentos e negócios culturais do Centro Antigo de Salvador* (Soluções de Engenharia Ltda.); *Ocupação urbana e ambiente construído* (Angela Gordilho (coord.)); *A imagem do Centro Histórico de Salvador*

ERCAS e demais participantes do processo de construção do PRP-CAS informações suficientes para compreender a atual situação do Centro e elaborar propostas para superar os problemas encontrados.

Economia

Os diagnósticos que trataram do aspecto econômico do Centro chegaram a conclusões interessantes, registradas no PRP-CAS. Em primeiro lugar, a longa citação a seguir representa a síntese a que chegaram os pesquisadores:

A diversidade de atividades econômicas que se pode identificar no CAS levou os responsáveis pelo Panorama Geral da Economia dessa área a dividi-la, para efeito de análise dos dados, nas seis áreas abaixo. O critério metodológico utilizado foi a identificação nessas áreas de uma predominância de estabelecimentos ligados a um determinado tipo de atividade comercial e de serviços.

CHS A (São Bento/Misericórdia) Predominam atividades de comércio varejista (equipamentos e suprimentos de informática, artigos de vestuário e acessórios) e de prestação de serviços de administração pública, defesa e seguridade social e às empresas, especialmente serviços de escritório e apoio administrativo.

CHS B (Praça da Sé/Pelourinho/Taboão) Preponderam estabelecimentos do comércio varejista (artigos de vestuário e acessórios, suvenires, bijuterias e artesanatos) e que lidam com atividades de serviços vinculadas à alimentação, organizações associativas, reparo e manutenção de equipamentos de informática, comunicação, objetos pessoais e domésticos.

CHS C (Carmo/Santo Antônio) Constata-se a forte presença de atividades de comércio varejista (produtos alimentícios, artigos de vestuário e acessórios), de serviços pessoais, de alojamento e alimentação. Esses dois últimos dão suporte ao Lazer e Turismo.

ECH 1 (Dique/Nazaré/Barbalho) Predominam estabelecimentos associados às atividades do comércio varejista, particularmente venda de produtos alimentícios em minimercados, mercearias e armazéns. Nos serviços, a área é marcada por escritórios e estabelecimentos vinculados à saúde, educação e alimentação.

ECH 2 (Contorno/Comércio/Água de Meninos) Os estabelecimentos do comércio varejista dividem espaço com os do comércio por atacado. Nos serviços, o destaque fica por conta dos estabelecimentos que lidam com

para os soteropolitanos: relatório de pesquisa de opinião (Datamétrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing); Relatório de propostas para a sustentabilidade ambiental do Pelourinho (OCEANByte Projetos e Serviços Ambientais); Cadastro de organizações sociais e cooperativas do Centro Antigo de Salvador (Agência Social); Diagnóstico da economia do turismo no Centro Antigo de Salvador (LTA Administração e Participações Ltda.); Panorama geral da economia do Centro Antigo de Salvador (Planarq).

serviços educacionais, empresariais e financeiros.

ECH 3 (Campo Grande/Campo da Pólvora/Dois de Julho) No comércio varejista salientam-se os estabelecimentos ligados a vestuário e acessórios, bijuterias, suvenires, artesanatos, óticas e armarinhos e, nos serviços, aqueles ligados ao ramo de alimentação, os que prestam assistência às empresas e os vinculados à saúde e à educação (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 171-172).

Essas seis áreas são os territórios básicos empregues na formulação de políticas para o setor. Além da identificação territorializada do que se faz no Centro, os pesquisadores registraram a permanente relevância do comércio do Centro para Salvador, atendendo não apenas aos moradores locais como pessoas vindas de outras partes da cidade. A demarcação entre os setores “formal” e “informal”, entretanto, se manifesta mais uma vez, pois

[...] a atividade comercial assim estabelecida, formal ou informal, é a de maior representatividade em Salvador e é característica da estrutura de oferta que atende, de forma particular, à demanda da população de baixa renda, que é majoritária na capital da Bahia. Em algumas áreas do CAS, particularmente no CHS B e no ECH 3, esta forma de organização do comércio varejista é especialmente significativa na realidade de Salvador e se diferencia do consumo das famílias de maior renda que é geralmente realizado em shoppings (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 174).

A estrutura do mercado de trabalho foi também analisada, revelando que o Centro Histórico, quando comparado ao Centro Antigo e ao restante da cidade, apresenta altíssimos índices de informalidade: entre 2005 e 2007, do total de ocupados no Centro Histórico 42,6% trabalhavam sem registro formal. Mesmo assim, este percentual representou redução de 13,1% relativamente ao período anterior (2001-2003), indicando uma melhora ainda insuficiente da situação ocupacional no Centro Histórico, insuficiente até para servir como indicador de melhoria nas condições das vagas disponíveis no local (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 240-241).

Moradia

O PRP-CAS vai localizar um dos pontos iniciais da informalidade da moradia ainda no início do século XX, no processo de ocupação de terrenos do segundo distrito da antiga freguesia do Santo Antônio por “habitações de segmentos populacionais oriundos do mercado informal do trabalho [...]” (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 56).

O processo de esvaziamento do Centro, acelerado a partir dos anos 1980 com a implantação de um novo centro na região do Iguatemi, mas precedido por uma longa e lenta

transição do padrão econômico e social dos habitantes de nichos específicos do local⁶, resultou em que o PRP-CAS identificou a existência de 1.101 imóveis vazios no Centro Antigo, categorizados em *edificações em ruínas* (466), *edificações fechadas* (486) e *lotes baldios* (149) (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 84). O PRP-CAS reconhece “insalubridade” e “riscos” na ocupação de ruínas para moradia, (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 85) identificou “29 ruínas ocupadas e 431 vazias, que somam 460 ruínas⁷; essas situações representam 4%⁸ do total de registros considerados” (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 86); na condição “bom” estão 31% das edificações; “regular” (36%); e “precário” (29%).

Quanto aos terrenos baldios, há uma particularidade do Centro:

Tratando-se de uma área de topografia acidentada, constituída por cumeadas e vales, algumas das encostas do CAS, mais acidentadas, encontram-se desocupadas. Constituem as áreas verdes, identificadas como vazios sem uso. Entretanto, verifica-se um crescente movimento de ocupação informal em alguns trechos, incluindo a encosta do frontispício entre Cidade Alta e Cidade Baixa (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 86).

A retirada maciça dos antigos moradores, a atração para o mercado informal, os laços sociais existentes, são alguns dos fatores que contribuíram, nesses últimos anos, para promover a ocupação intensiva das encostas do Pilar, Lapinha, Santo Antônio e Taboão, além do surgimento de novos cortiços na Baixa dos Sapateiros e Saúde, seguidos pela ocupação sistemática de imóveis ociosos e ruínas, conforme já assinalado. (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 93)

O esvaziamento, segundo o PRP-CAS, tem outro efeito, quando somado com a precarização do trabalho: “intensificar o comércio informal na área de entorno, inibindo o comércio tradicional, inicialmente na Rua Chile e, mais recentemente, na Baixa dos Sapateiros, mantendo apenas lojas de roupas e utensílios domésticos de baixo custo” (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 86). A correlação “informalidade econômica”/“irregularidade

6 Anna Amélia Nascimento registrou como, ainda no século XIX, a migração das classes abastadas para a freguesia de São Pedro dera à freguesia da Sé “o aspecto e a posição de uma mulher envelhecida, gasta, incapaz de um gesto para alcançar um melhor posto ou posição na sociedade” (NASCIMENTO, 2007, p. 116). Pedro de Almeida Vasconcelos, embora registre acertadamente que “até os anos 70, Salvador ainda possuía uma estrutura mononuclear” (VASCONCELOS, 2002, p. 382), mostra como, a partir de então, com novas centralidades e novos eixos se impondo a partir do planejamento urbano e da execução de obras estruturantes (CIA, COPEC, CAB, Iguatemi, avenidas de vale), o Centro foi perdendo seu lugar (VASCONCELOS, 2002, p. 388-400). A abertura de um novo centro no Iguatemi – área livre para incorporadores e especuladores imobiliários atuarem através da sedução pelo “novo” e pelo “moderno” – apenas estendeu ao Centro como um todo um processo que seu núcleo tombado já vivia, lentamente, desde o século XIX.

7 Seis ruínas, por algum motivo, deixaram de ser consideradas entre uma frase e outra.

8 Há um evidente erro de impressão, pois as 460, ou 466 ruínas, representam cerca de 42% do total de 1.101 imóveis vazios.

habitacional” mostra aqui outro efeito perverso.

Curioso é observar como o próprio PRP-CAS traz, em seu bojo, uma crítica às formas de intervenção urbanística adotadas por gestões anteriores:

Os cortiços passaram a ser sistematicamente eliminados, com a indenização dos seus antigos moradores, com valores muito baixos, insuficientes para aquisição de novas moradias, fazendo com que a maioria dessa população passasse a ocupar informalmente áreas nos arredores, sobretudo os prédios fechados e em ruínas, bem como as encostas e áreas livres, próximas. (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 92).

As propostas do PRP-CAS

Do longo diagnóstico feito pelo Governo da Bahia surgiram propostas nos campos da economia local e da moradia. Serão cruzadas, aqui, as propostas que formem o campo que identificamos anteriormente como o da “informalidade”.

Economia

O comércio informal, que o PRP-CAS identifica como “característico de Salvador” (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 286), é outro dos alvos da ação governamental planejada. O objetivo é diminuir o índice de ilegalidade presente no CAS, oferecendo estímulos para a formalização das atividades, conforme a legislação federal, e para acesso ao microcrédito. Mais do que nunca, a formação e capacitação desses comerciantes são fundamentais para sua profissionalização. Todas as ações são pautadas na visão de compreender e incentivar a formação de uma cadeia produtiva não restrita ao Centro Antigo. (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 286)

No plano inteiro, há duas propostas que tocam em dois aspectos da informalidade econômica

Objetivo Específico 2.2

Apoio às organizações da economia solidária.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Estimular cooperativas e associações locais, para:
 - estabelecer parcerias com empresas privadas;
 - formar redes setoriais entre as instituições;

- b) Divulgar os produtos elaborados e comercializados pelas organizações, a exemplo de feiras, exposições e utilização de espaços públicos em shoppings.
- c) Orientar os gestores das organizações da economia solidária em relação ao acesso ao crédito, aos incentivos financeiros e às políticas públicas estaduais e federais para a cultura (pontos de cultura, Lei Rouanet, direitos autorais e mídia) (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 288).

Objetivo Específico 2.4

Modernização e organização do comércio informal.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Desenvolver parcerias com organizações para:
 - diminuir a ilegalidade do comércio varejista;
 - estimular a legalização dos empresários individuais;
 - realizar capacitação gerencial;
 - orientar e facilitar o acesso de ambulantes ao micro crédito;
 - organizar manual de orientação para a atividade dos ambulantes;
 - qualificar, regular e fiscalizar a instalação de comércio informal próximo a equipamentos públicos e monumentos de forma permanente.

Resultado Esperado Competitividade dos negócios instalados ampliada, em especial serviços culturais e criativos. (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 290)

A princípio, pela tentativa de conversão de ativos em capital através da regularização do mercado dito "informal", às propostas de Hernando de Soto; mas a ausência de ligação entre esta regularização e qualquer forma de acesso à propriedade afastam imediatamente a hipótese. Assemelham-se mais àquele tipo de intervenção que, como visto acima, José Luiz Coraggio (/citeyearCORAGGIO2013) circunscreveu ao campo da microeconomia.

Moradia

Já no campo da moradia, as propostas do Governo da Bahia para a moradia são contraditórias, e não disfarçam a intenção de promover a gentrificação do Centro. Para que se possa comparar, é preciso transcrever e comparar as propostas para o setor "formal" e o setor "informal". Vejamos, em primeiro lugar, a proposta para o setor "formal":

Objetivo Específico 4.1

Implementação de programas habitacionais para atender cerca de 5 mil famílias, preferencialmente com renda superior a 5 salários mínimos.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Concluir em curto prazo as obras com recursos captados para 400 habitações, em 166 imóveis (Rememorar II/Residência Estudantil/Monumenta-PROHABIT). b) Elaborar projeto com recursos já alocados para 50 casarões, sendo: Rememorar III – 40 imóveis e MCidades – 10 imóveis, para produzir cerca de 300 habitações.
- b) Viabilizar habitações considerando os 1.100 imóveis fechados, em ruínas e lotes baldios.
- c) Estabelecer parcerias com os órgãos financiadores.
- d) Incentivar os serviços de apoio ao uso habitacional (comércio, serviço e lazer) (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 297).

Cinco mil famílias a serem trazidas para o Centro, numa faixa de renda que o mercado imobiliário costuma considerar como "demanda solvente", ou seja, capaz de custear sua própria moradia dependendo o mínimo de programas estatais de subsídio habitacional. É mais que o dobro do total de famílias em situação de alta vulnerabilidade social a que o Governo da Bahia pretende atender com propostas habitacionais na região:

Objetivo Específico 4.2

Implantação de novos programas habitacionais no CAS para 2.000 famílias de sem-teto, moradores de cômodos e cortiços.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Concluir, em curto prazo, as obras com recursos captados – Monumenta/HIS com 103 habitações.
- b) Atualizar cadastro das famílias e manter o controle da ocupação da área.
- c) Elaborar projeto executivo e executar as obras preferencialmente de novas unidades habitacionais para 2.000 famílias.
- d) Realizar parcerias com os grupos e movimentos sociais vinculados à população a que se destinam as obras.
- e) Avaliar a viabilidade de utilização de programas de locação social. (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 297)

Mas ainda há as famílias a serem removidas dos vários pontos da encosta onde foi identificada ocupação "informal":

Objetivo Específico 4.4

Promoção de condições de habitabilidade para 1.000 famílias ocupantes das áreas de risco da encosta, priorizando a sua realocação para o entorno.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Concluir em curto prazo as obras com recursos captados, para a produção de 946 habitações: Chácara Santo Antônio (110 unidades), Lapinha/Soledade (150 unidades), Pilar I (109 unidades), Pilar II (287 unidades), Pilar III (70 unidades), Rocinha (66 unidades), Ladeira da Montanha (90 unidades) e Misericórdia (64 unidades).
- b) Desenvolver projeto socioambiental com as famílias remanejadas.

c) Atualizar os cadastros e manter o controle da ocupação da área. (BAHIA; UNESCO, 2010, p. 298)

Mesmo levando em conta essas 1.000 famílias, e somando-as às 2.000 famílias atendidas pelas ações relacionadas ao **Objetivo Específico 4.2**, as 3.000 famílias representam 37,5% da produção de moradias indicada para a área. Uma completa desproporcionalidade, pois os outros 62,5% estão direcionados para uma faixa de renda que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) 2013, representa apenas 18,79% das famílias da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Por mais que a capacidade financeira de preservar o patrimônio seja agitada como argumento para a preferência dada a estes setores em sucessivas tentativas de construção de políticas habitacionais para o Centro de Salvador, o cuidado com que os moradores das poucas entre as 103 casas da 7ª Etapa da revitalização do Pelourinho cuidam de seus imóveis, tantas vezes presenciado pelo autor em visitas de trabalho, são prova em contrário. Demonstram, inclusive, que, com o devido investimento em educação patrimonial, os moradores de baixa renda metamorfoseiam suas técnicas rudimentares de preservação⁹ em atenção ativa para a conservação dos imóveis tombados.

Um balanço conclusivo

Vistas as propostas a partir do diagnóstico, e conferidas com os desafios postos pela necessidade da superação da “informalidade”, as propostas do PRP-CAS decepcionam. Embora se reconheça a dificuldade de atuação sobre um local com tão complexo e diversificado tecido social e econômico, não é tanto a *velocidade* das ações que decepciona, mas seu *sentido*.

As ações ligadas à economia “informal” enquadram-se nas vertentes menos tendentes a alavancar algo além da mera sobrevivência, por restringirem seu alcance à microeconomia e à (re)inserção no mercado de trabalho.

As ações ligadas ao combate ao esvaziamento imobiliário e à “informalidade”

⁹ Não custa lembrar que a ocupação centenária de imóveis do Centro por cortiços, quartos de aluguel e outras formas de habitação identificadas pelo Governo da Bahia têm não apenas o lado do *risco*, mas também o lado da *preservação*; na medida do possível, com materiais improvisados e técnicas rudimentares, os moradores do Pelourinho tentaram ao máximo conservar os imóveis que eram suas casas, para que não lhes caíssem sobre as cabeças. Antes mesmo de qualquer intervenção governamental, foram eles, também, os responsáveis pela preservação do casario tombado.

habitacional, ao dar atenção desproporcional a famílias situadas numa faixa de renda minoritária entre a população soteropolitana, promovem explicitamente a gentrificação¹⁰.

O PRP-CAS, como visto, demandou alto grau de mobilização social. Mas ao que tudo indica, a montanha pariu um rato.

Referências

AGUIAR, Pinto de. **Notas sobre o enigma bahiano**. Salvador: Progresso, 1958.

BAHIA; UNESCO. **Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo**. Salvador: Secretaria de Cultura/Fundação Pedro Calmon, 2010.

BITTENCOURT, José Maurício Carneiro Daltro. **A participação popular nos projetos públicos de intervenção urbana: o caso da 7ª Etapa de Revitalização do Centro Histórico de Salvador**. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Salvador: [s.n.], 2011. 166 p. Mestrado em Ciências Sociais.

BRAGA, Paula Marques; JÚNIOR, Wilson Ribeiro dos SANTOS. Programa de recuperação do centro histórico de Salvador: políticas públicas e participação social. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, v. 10, n. 2, p. 23-34, 2009.

BUNTING, Madeleine. Fine words, flawed ideas. **The Guardian**, 11 set 2000. Disponível em: <http://www.theguardian.com/business/2000/sep/11/imf.comment>.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto (orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. 2ª ed. rev. ampl. ed. Salvador: EdUFBA, 2008.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de et al. **Metrópoles na atualidade brasileira: transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: EdUFBA, 2014. ISBN 978-85-232-1230-8.

CORAGGIO, José Luiz. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria. **Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 2, p. 11-24, nov. 2013.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

GORDILHO-SOUZA, Ângela. **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. 2ª ed.. ed. Salvador: EdUFBA, 2008.

GRAVOIS, John. The De Soto delusion. **Slate**, 29 jan 2005. Disponível em: http://www.slate.com/articles/news_and_politics/hey_wait_a_minute/2005/01/the_de_soto_delusion.html.

¹⁰Não está no escopo deste artigo tratar da complexa ação gentrificadora promovida pelo Governo da Bahia e explicitada no PRP-CAS, mas elementos como o Fundo de Investimento Imobiliário (FII) a partir do patrimônio imobiliário comercial do Estado na área do CAS, estimado em R\$ 60 milhões, que prevê a alienação fiduciária do parque imobiliário estatal (Cf. BAHIA; UNESCO, 2010, p. 336-338), dão uma mostra do que está em jogo no setor.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares e inclusão socioproductiva**: bases conceituais e políticas públicas. Salvador: FLEM, 2014.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX. 2a ed.. ed. Salvador: EdUFBA, 2007. ISBN 978-85-232-0459-4.

REBOUCAS, Thaís de Miranda. **Costurando escalas**: 7a Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, programa Monumenta e BID. (Dissertação de Mestrado)– Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, Salvador: [s.n.], 2012. 152 p. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

REIS, Lysie dos. Centros históricos: patrimônio de quem? **Anais Eletrônicos do II Encontro Estadual de História da ANPUH-BA**, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh\ II/lysie\ reis.pdf>.

ROSSINI, R. G.; THOMAS, J. J. The size of the informal sector in Peru: a critical comment on Hernando de Soto's El Otro Sendero. **World Development**, v. 18, n. 1, p. 125–135, jan 1990.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **Formas urbanas**: cidade real e cidade ideal. Contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto, 1999.

SANTOS, Milton. **O Centro da cidade do Salvador**. Salvador: Progresso, 1959.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2a ed., 1a reimpr.. ed. São Paulo: EdUSP, 2008. ISBN 978-85-314-0833.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3a ed.. ed. São Paulo: EdUSP, 2009. ISBN 978-85-314-1158-8.

SOTO, Hernando de. **O mistério do capital**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001. 306 p.

SOUZA, Guaraci Adeodato A. de; FARIA, Vilmar (orgs.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002.

Abstract

This article aims to make a literature review on the topics of "informality", popular economy and social solidarity economics, to analyse later how State Government of Bahia, by means of its Participatory Urban Regeneration Plan for the Old Center of Salvador, deals with these themes. To these analyses are added some personal observations by the author, who since 2007 works as a legal adviser and social mobilizer among communities as Chácara Santo Antônio and those affected by Pelourinho's 7th Stage of Urban Regeneration, and has, in such work, observed closely the gentrification process taking place in Salvador's central district.

Keywords: Informality. Salvador Historical Center. Participatory Urban Regeneration Plan (2010). State Government of Bahia. Gentrification.